

Política



BALANÇO DE 2023

Veja os deputados que mais faltaram

Ex-ministros de Bolsonaro e dirigentes do PT estão entre os mais ausentes



FRAUDES COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

FAKE NEWS 2.0

Desinformação se espalha e pré-campanha tem suspeita de adulteração de áudios em três estados

BRUNO GÖES
Ilustração: Agência de Inteligência

A temporada de fake news eleitoral já começou no país, mas com uma modalidade de conteúdo ainda mais difícil de ser identificado. Em ao menos três estados — Amazonas, Rio Grande do Sul e Sergipe —, a polícia investiga suspeitas de uso de inteligência artificial (IA) para criar áudios falsos de políticos que devem tentar a reeleição e de um deputado federal envolvido na pré-campanha da mulher chefe de executivo municipal, que também deve buscar a recondução ao cargo.

Atenção: adulteração de sons e de vídeos é conhecida como "deepfake", no qual o tom, o timbre e até o jeito de alguém falar é criado artificialmente. Assim, ao receber uma gravação pelo WhatsApp, o eleitor reconhece a voz do candidato e acredita que o político disse algo que, na verdade, não disse.

Um dos casos identificados ocorreu em Manaus, onde o prefeito David Almeida (Avante) denunciou a Polícia Federal (PF) ter sido alvo de deepfake no fim do ano passado. No áudio atribuído a ele, a voz do político, emitida por Inteligência Artificial, trata os professores da rede municipal de ensino de "va-gabundos" e diz que os servidores "querem um dinheirinho de mão beijada".

O episódio tem sido tratado como uma espécie de laboratório pela PF, que viu suspeitas de crime eleitoral e, por isso, assumiu as investigações. A ideia é usar o caso como modelo para eventuais apurações futuras relacionadas às disputas municipais deste ano. Desde que o inquérito foi instaurado, no último dia 22, dois suspeitos já foram ouvidos. Além disso, foi feita uma perícia no arquivo digital que constata a manipulação no áudio.

SEM IDENTIFICAÇÃO

Em pesquisas locais, Almeida lidera a corrida para ser reeleito. Entre os seus principais concorrentes estão Coronel Menezes (PL), que tem o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o deputado federal Anselmo Mandel (Cidadania).

— Não existe anonimato na internet e você pode ser responsabilizado. Esse caso deve servir de parâmetro para o restante do Brasil — disse o prefeito de Manaus.

Sem uma regulamentação, parte dos casos são tratados como difamação, crime de menor potencial ofensivo e sem consequências eleitorais. Foi o que aconteceu com a denúncia feita pelo prefeito de Crissiumal (RS), Marco Aurélio Nedei (PL), que afirmou ter sido vítima, no fim do ano passado, da prática de deep-



Prioridade. Presidente do TSE, o ministro Alexandre de Moraes já declarou ser urgente a regulamentação do uso de ferramentas de inteligência artificial no país

CONTEÚDOS FALSOS

Casos em que políticos denunciaram serem vítimas de 'deepfakes'



David Almeida (Avante)
Prefeito de Manaus

"O que mais tem é professor vagabundo que quer o dinheirinho de mão beijada. Eu não pagarei o Fimê, mas o povo esquece, tu vai ver".

O áudio manipulado foi divulgado em meio ao protesto de profissionais pelo pagamento de salários atrasados de servidores. O prefeito diz que o áudio é falso e tem o objetivo de gerar indignação com a categoria em ano eleitoral.



Marco Aurélio Nedei (PL)
Prefeito de Crissiumal (RS)

"Vou falar do aumento ano que vem (2024) (...) Depois vamos levando na conversa, entendendo? Pessoal com pouco estudo, analfabeto, já ganha demais".

Em áudio compartilhado o prefeito alega fundações do parque de obras, espaço da prefeitura e achacava servidores. O prefeito diz que o caso é uma tentativa de retaliação da oposição na cidade que visa o processo eleitoral deste ano quando concorrerá à reeleição.

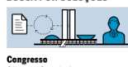


Gustavo Ribeiro (República)
Deputado Federal (Lagoa dos Rodrigues)

"Pode arrachar, bole pra lá... eles lá não tem poder nenhum, quem está no poder somos nós".

O parlamentar diz que foi alvo de montagem por inteligência artificial na gravação em que a voz atribuída a ele critica adversários políticos. Ribeiro denunciou o caso a autoridades para investigação.

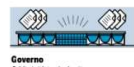
BUSCA POR SOLUÇÕES



Congresso
Câmara e Senado devem aceitar a tramitação do tema. Ainda não houve, porém, uma conversa entre as duas Casas para definir qual texto terá prioridade. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende avançar com o tema logo após o recesso. Ele entende que o papel do Congresso é regular e não se como positivo o fato de o TSE editar regras.



TSE
O TSE já realizou audiências públicas este mês para editar uma resolução. A ideia é proibir a manipulação de voz e imagens com conteúdo falso, com previsão de multa de até R\$ 1 milhão por infração. Segundo minuta, a responsabilidade da retransmissão de conteúdo de redes sociais também será discutida.



Governo
O Ministério da Justiça e Segurança Pública acompanha e analisa as medidas em tramitação no Congresso e no TSE. Hoje, a responsabilidade está com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que já se encontra em contato com representantes de empresas de softwares para discutir o assunto.



"Esse movimento cibernético vai exigir que algumas modificações (na lei) aconteçam"

Arthur Lira (PP-AL)
Presidente da Câmara

tecnologia de forma irregular poderão ser cassados.

O TSE marcou para o próximo dia 25 audiência pública para discutir uma resolução que deve regulamentar como o tema deve ser tratado nas campanhas eleitorais. A sugestão da Corte é proibir qualquer manipulação de voz e imagens com conteúdo falso. Segundo minuta do tri-

bunal, caberá às plataformas de redes sociais excluir vídeos e áudios após serem notificados sobre os "fatos falsamente inverídicos".

O tema também mobiliza o Congresso e o governo. Desde o ano passado, o Ministério da Justiça debate internamente uma regulação sobre o tema. Já na Câmara, o presidente da Casa, Ar-

thur Lira (PP-AL), pretende colocar em votação projetos sobre o assunto logo após o recesso. Ele entende que é papel do Congresso Nacional a regulamentação do uso da tecnologia e não vê como positivo o fato de o TSE editar regras.

— Esse movimento cibernético, de redes sociais, vai exigir de nós, congressistas, que algumas modificações aconteçam, para que a Constituição também abrace, acolha, proteja, os direitos individuais de uma vida que muda muito — disse Lira em entrevista no fim do ano passado.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou em maio um projeto de lei que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de IA no Brasil (mais detalhes na página 6).

PRECEDENTES

Apesar de novidade no Brasil, o uso de inteligência artificial já gerou polêmica em campanhas eleitorais de outros países. No ano passado, a disputa pela presidência da Argentina foi a primeira a usar a ferramenta em larga escala. A maior parte do conteúdo era de imagens manipuladas, mas também houve vídeos, como a gravação falsa que mostrava o candidato peronista, Sergio Massa, cheirando cocaína. A gravação foi editada digitalmente para inserir o rosto do político em outro homem.

— O conteúdo em vídeo ainda é algo que requer uma elaboração maior — diz Fernando Ferreira, especialista em inteligência artificial do Netlab da UFRJ.

Nos Estados Unidos, a ferramenta também já foi testada nas primárias. A campanha do republicano Ron DeSantis, por exemplo, divulgou uma imagem falsa gerada por IA do ex-presidente Donald Trump abraçando um desfileto.

Mas nem todos os usos da IA foram vistos como negativos. Na Coreia do Sul, em 2022, três candidatos a presidente utilizaram avatares criados pela tecnologia para se comunicar com a população. O recurso permitia que os políticos atingissem o público mais jovem, respondendo a perguntas pré-estabelecidas (os chamados "chatbots") e interagindo com um maior número de eleitores, que estavam cientes do uso da tecnologia.

— A utilização dessa tecnologia apresenta riscos, problemas, e tem um potencial também benéfico. Está todo mundo tentando se situar. Falando em termos de eleições, algum tipo de regulação precisa acontecer. A grande questão é a dose disso — disse André Gualtieri, fundador da Escola de Ética de Tecnologia (Technoethics).